



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE

**CONDE**

PÇA. ALTAMIRANDO REQUIÃO, 27 - CENTRO - CONDE-BA  
TEL.: (75) 3429-1214 / CNPJ: 14.126.692/0001-23

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução das obras de Ampliação e Reforma do Mercado Municipal de Conde, localizado na sede do município, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.

**Impugnante:** MASTER SERVIÇOS, LIMPEZA E LOCAÇÕES LTDA – CNPJ/MF nº 13.183.588/0001- 08

**ANÁLISE E JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO**

Trata o presente expediente de análise e julgamento de IMPUGNAÇÃO, apresentada pela empresa acima identificada, aqui denominada impugnante, a qual alega, entre outros pontos:

1. DA IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE ENVIO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA.
2. DA ABUSIVIDADE DOS MEIOS DE COMPROVAÇÃO DOS VÍNCULOS FIRMADOS ENTRE OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E AS LICITANTES.
3. DA ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA SOBRE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELAS LICITANTES.
4. DA IMPOSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE PRAZOS EXÍGUOS.
5. DA IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO AO SOMATÓRIO DE ATESTADOS.
6. DA IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS SEM A DEVIDA JUSTIFICATIVA.
7. DA IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SUSPENSAS TEMPORARIAMENTE DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO OU IMPEDIDAS DE CONTRATAR COM O ESTADO DA BAHIA.
8. DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES EDITALÍCIAS E REABERTURA DO PRAZO CONSTANTE NA ALÍNEA "A" DO INCISO II DO ART. 55 DA LEI 14.133/2021.

É o breve relatório.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**



PÇA. ALTAMIRANDO REQUIÃO, 27 - CENTRO - CONDE-BA  
TEL.: (75) 3429-1214 / CNPJ: 14.126.692/0001-23

A Lei Geral de Licitações nº 14.133/21 estabelece que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, desse modo vejamos o dispõe o art. 164:

*Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 03 (três) dias úteis, antes da realização da sessão, marcada para o dia 29/05/2026, às 09:30 horas (horário de Brasília-DF).

Desta forma, o pedido de impugnação ao edital da empresa MASTER SERVIÇOS, LIMPEZA E LOCAÇÕES LTDA é tempestivo.

## **II - DO JULGAMENTO**

É cediço que a licitação é o procedimento administrativo formal que se destina garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsão legal, expressa no artigo 5º da Lei Federal 14.133/21 que assim disciplina:

"Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento



PÇA. ALTAMIRANDO REQUIÃO, 27 - CENTRO - CONDE-BA  
TEL.: (75) 3429-1214 / CNPJ: 14.126.692/0001-23

nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

Destarte, após criteriosa análise dos argumentos apresentados, a Administração manifesta-se nos seguintes termos:

#### **1. DA IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE ENVIO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA**

Sobre o Item 7.1.1, a Administração esclarece que não há "inversão de fases" no presente certame. O rito adotado segue estritamente a sequência legal prevista no Art. 17 da Lei nº 14.133/2021, em que o julgamento das propostas precede a fase de habilitação. Não há obrigatoriedade de encaminhamento dos documentos de habilitação de forma concomitante à proposta de preços, e, portanto, não implica em antecipação da análise documental, que será realizada exclusivamente para o licitante provisoriamente vencedor. Portanto, inexistente ônus ilegal ou violação ao rito processual.

#### **2. DA ABUSIVIDADE DOS MEIOS DE COMPROVAÇÃO DOS VÍNCULOS FIRMADOS ENTRE OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E AS LICITANTES**

A exigência de comprovação de vínculo entre os profissionais de nível superior e as empresas licitantes tem por objetivo garantir que os responsáveis técnicos indicados tenham participação real e ativa na execução do contrato, assegurando a qualidade e a segurança dos serviços contratados.

O artigo 62, inciso II da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração a exigir a comprovação de capacidade técnica das licitantes, o que inclui a demonstração de vínculo formal entre os profissionais responsáveis e as empresas contratadas. Esse vínculo pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho, carteira de trabalho assinada (CTPS) ou contrato de prestação de serviços com registro no respectivo conselho de classe. Essa exigência está em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), que entende que a vinculação formal do responsável técnico com a empresa é necessária para garantir a regularidade da execução contratual.

Além disso, a exigência não restringe indevidamente a competitividade, pois há diversas formas válidas de comprovação do vínculo. Dessa forma, Defere parcialmente a impugnação nesse ponto para admitir,



PÇA. ALTAMIRANDO REQUIÃO, 27 - CENTRO - CONDE-BA  
TEL.: (75) 3429-1214 / CNPJ: 14.126.692/0001-23

para fins de comprovação de vínculo do profissional técnico, a apresentação de declaração de contratação futura.

### **3. DA ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA SOBRE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELAS LICITANTES**

Acolhendo os argumentos da Impugnante nesse ponto, a Administração DEFERE o pedido para suprimir a obrigatoriedade de reconhecimento de firma em documentos destinados ao certame. A medida fundamenta-se na Lei nº 13.726/2018 (Lei da Desburocratização) e no Art. 12, V da Lei nº 14.133/2021, os quais estabelecem que o reconhecimento de firma somente será exigido em situações excepcionais, onde houver dúvida fundamentada quanto à autenticidade da assinatura. Com essa alteração, privilegia-se a simplificação administrativa e a redução de custos para as licitantes, sem prejuízo à segurança do procedimento.

### **4. DA IMPOSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE PRAZOS EXÍGUOS**

A exigência do prazo de 2(duas) horas para a entrega da proposta a contar da solicitação do pregoeiro está atrelado ao Art. 5º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Respaldo que, o prazo de 2 horas para inserção da proposta tem o objetivo de garantir a celeridade e eficiência do processo licitatório, reduzindo prazos desnecessários e assegurando que a contratação ocorra dentro do planejamento da administração. Esse prazo evita atrasos e garante que o procedimento avance rapidamente para a fase de adjudicação e homologação, por tanto, a justificativa do prazo é válida e suficiente.

No que tange aos 10 minutos para a intenção de recurso no sistema, vejamos o que dispõe o edital:



PÇA. ALTAMIRANDO REQUIÃO, 27 - CENTRO - CONDE-BA  
TEL.: (75) 3429-1214 / CNPJ: 14.126.692/0001-23

*13.3 A Intenção de recorrer no sistema, ocorrerá em dois momentos distintos, uma logo após a declaração de arrematantes no processo e a outra, após o término da fase de habilitação, não podendo o prazo ser inferior a 10 (dez) minutos, conforme previsão do Art. 165, §1º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 40 da IN 73/2022.*

O edital é explícito quando discorre que o prazo não pode ser inferior a 10 minutos como está previsto em legislação.

No entanto, o sistema de Concorrência Eletrônica e Pregão Eletrônico utilizado segue as regras da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que prevê que o licitante deve verificar atentamente os valores ofertados antes da confirmação do lance, sendo irretratáveis após sua inserção, salvo falha operacional justificada e devidamente comprovada.

Portanto, o prazo é legal, de modo que, considerando que o sistema utilizado já dispõe de mecanismos que garantem a correta inserção de lances e que eventual erro pode ser analisado pelo pregoeiro durante a fase recursal.

## **5. DA IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO AO SOMATÓRIO DE ATESTADOS**

A Administração esclarece que em observância ao Art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021, informa-se que será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos na qualificação técnica, desde que tais documentos se refiram a serviços de características semelhantes e de mesma natureza técnica. A vedação ao somatório seria medida excepcional que exigiria justificativa técnica específica sobre a indispensabilidade de execução concomitante ou em contrato único, o que não se aplica às parcelas de maior relevância do objeto em tela. Desta forma, assegura-se a participação de um maior número de empresas qualificadas, em prol da obtenção da proposta mais vantajosa.

## **6. DA IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS SEM A DEVIDA JUSTIFICATIVA**

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio (Item 4.3.1), a Administração mantém a proibição com fulcro em sua prerrogativa discricionária, devidamente motivada no processo administrativo. Entende-se que o objeto da licitação — reforma e ampliação do Mercado Municipal — embora relevante, possui natureza e vulto que comportam a execução por uma única empresa especializada. A admissão de consórcios é exceção que se justifica apenas em objetos de altíssima complexidade ou vulto



PÇA. ALTAMIRANDO REQUIÃO, 27 - CENTRO - CONDE-BA  
TEL.: (75) 3429-1214 / CNPJ: 14.126.692/0001-23

extraordinário, onde o somatório de expertises seja indispensável, o que não se aplica ao caso. A restrição visa garantir a integridade da responsabilidade contratual e a eficiência da fiscalização pela Administração. Pedido INDEFERIDO nesse ponto.

#### **7. DA IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SUSPENSAS TEMPORARIAMENTE DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO OU IMPEDIDAS DE CONTRATAR COM O ESTADO DA BAHIA**

A Administração DEFERE a impugnação neste ponto, reconhecendo que a redação original do Item 4.3.3 do Edital continha impropriedade técnica ao estender a vedação de participação a empresas sancionadas pelo "Estado da Bahia" de forma indistinta.

Nos termos do Art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021, a sanção de impedimento de licitar e contratar possui eficácia restrita à Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a penalidade portanto, um impedimento aplicado pelo Estado não obsta automaticamente a participação em certames municipais. Por outro lado, a declaração de inidoneidade, prevista no § 5º do mesmo artigo, é a única sanção com efeito extensivo a todos os entes federativos do país.

Diante do exposto, o Item 4.3.3 será retificado para deixar claro que o impedimento de licitar restringe-se às sanções aplicadas pelo próprio Município de Conde-BA, mantendo-se o bloqueio nacional apenas para as empresas que possuam contra si declaração de inidoneidade vigente, em fiel observância ao princípio da legalidade, sendo obrigatória a consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e ao CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) para validar a condição de participação do vencedor, prezando a moralidade administrativa.

#### **8. DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES EDITALÍCIAS E REABERTURA DO PRAZO CONSTANTE NA ALÍNEA "A" DO INCISO II DO ART. 55 DA LEI 14.133/2021.**

Diante das alterações deferidas nesta decisão — notadamente no que tange aos critérios de qualificação técnica (admissão de somatório de atestados e declaração de contratação futura), esta Administração reconhece que tais modificações possuem o condão de afetar a formulação das propostas e a participação de novos interessados.

Em estrita observância ao Art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021, eventuais modificações no edital que comprometam a formulação das propostas exigem a nova divulgação do instrumento convocatório e a reabertura dos prazos originais.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE

**CONDE**

PÇA. ALTAMIRANDO REQUIÃO, 27 - CENTRO - CONDE-BA  
TEL.: (75) 3429-1214 / CNPJ: 14.126.692/0001-23

Considerando que o objeto se trata de obra de engenharia, a sessão pública originalmente agendada para o dia 29/05/2026 fica suspensa. O Edital retificado será republicado no Diário Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com a concessão de novo prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para a apresentação de propostas, conforme o Art. 55, inciso II, alínea "b" da NLLC.

### III - DA DECISÃO

Ante ao exposto DECIDO, à luz do objeto licitado, e em conformidade com as condições editalícias e ordenamento jurídico vigente, conhecer da presente impugnação e, no mérito, julgá-la **PARCIALMENTE PROCEDENTE**.

Dada a natureza das alterações nos critérios de habilitação técnica e sanções, que afetam diretamente a participação de interessados e a formulação das propostas, determino:

1. A SUSPENSÃO da sessão pública originalmente agendada para o dia 29/05/2026;
2. A imediata RETIFICAÇÃO do Edital conforme os itens deferidos nesta decisão;
3. A REPUBLICAÇÃO do instrumento convocatório retificado no Diário Oficial do Município, no PNCP e no site oficial da Prefeitura;
4. A REABERTURA DO PRAZO legal para apresentação de propostas por 25 (vinte e cinco) dias úteis, nos termos do Art. 55, § 1º c/c inciso II, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021

Intime-se a Impugnante da presente decisão, mediante publicação do teor da mesma no Diário Oficial do Município. Publique-se.

Conde (BA), 27 de maio de 2026.

  
**Thiago Lima Leite Brito**  
**Agente de Contratação e Pregoeiro**